

#### **Ata nº 58 (cinquenta e oito)**

Aos vinte dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, pelas onze horas e trinta minutos, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 6.º andar, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, encontrando-se presentes o Vice-Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, respetivamente, o Presidente, o Vice-Presidente e os dois vogais executivos do Conselho de Administração, Professor Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição, Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Dr. Mário Manuel Pinto Lobo, respetivamente, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC suplente Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes. -----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pelo Dr. José Manuel Fusco Gato, nos termos do despacho de 19 de junho de 2018, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. -----

O Vice-Presidente da Mesa assumiu a condução dos trabalhos, face à vacatura do cargo de Presidente, por efeito da renúncia apresentada pela titular eleita por Deliberação Unânime por Escrito de 31 de janeiro de 2017, e verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento



- O indicador mais relevante é a redução da dívida (mais de 900 M€), passando de 3,6 mil M€ para 2,7 mil M€, conseguida essencialmente pela amortização das obrigações convertíveis em ações GALP; -----
- A dívida do Estado à PARPÚBLICA manteve-se estável no ano de 2017, apesar do trabalho desenvolvido para preparar o processo de assunção da dívida da PARPÚBLICA por contrapartida dessa dívida do Estado; O capital próprio, no valor de 4,3 mil M€, é superior ao passivo, cujo valor é de 3,4 mil M€; -----
- Outros indicadores muito relevantes são o rácio de solvabilidade, que ultrapassou os 100% fixando-se nos 126%, o de autonomia financeira que ultrapassou em 2017 os 50%, e o de rendibilidade do capital próprio que praticamente chegou aos 3%; -----
- O capital social está quase integralmente realizado, face à realização de 348 M€ efetuada pelo acionista; -----

As contas individuais apresentam, pois, uma solidez estrutural muito importante o que dá boas indicações para 2018. -----

Em termos de contas consolidadas, a evolução em termos de resultados apurados não é tão significativa, tendo sido alcançado um resultado líquido consolidado de 157 M€, superior ao registado no ano anterior (153 M€), sendo, no entanto, importante não ignorar que este último foi influenciado pelo lucro extraordinário de 2016, e portanto não recorrente, superior a 87 M€ obtido na operação da SPE. -----

As participadas mais significativas em termos de peso do seu contributo para as contas são, como habitualmente, a Parpública e a AdP SGPS, SA, embora tenha de ser evidenciado que todos os segmentos de atividade apresentaram resultados positivos. ----

No Grupo a redução da dívida foi de mais de 1.250 M€, já que a dívida consolidada a 31.12.2017 é de 4.854 M€ face à registada em 31.12.2016, no valor de 6.107 M€. Este valor de redução de dívida representa cerca de 0,65% do PIB o que é um valor importante.

Em termos da atividade, entendia ainda ser de destacar: -----

- A Introdução de um novo Sistema de Gestão de Informação Financeira e de um novo Sistema de Gestão Documental, exercícios muito desafiadores, mas que resultaram bem, permitindo melhorias de eficiência; -----

## ACTAS

- Todo o trabalho de adaptação ao novo Regulamento Geral de Proteção de Dados foi realizado em 2017, não só na Parpública mas também em todas as empresas que integram os serviços partilhados; -----
  - O investimento num upgrade em termos de operacionalidade e segurança realizado na infraestrutura informática e a construção de um novo sítio de internet;
  - A atualização de vários documentos de referência, tais como o Código de Ética, o Plano de Igualdade de Género e o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; -----
  - Elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade, apresentado para todo o Grupo, constituído por participações em empresas com visão e missão tão diversificadas, e que se pretende continuar a elaborar em 2018 e anos seguintes -
- O Presidente do CA destacou ainda o trabalho de acompanhamento de vários dossiers relevantes, tais como: -----
- A reconfiguração da estrutura acionista da TAP, SGPS, que marca uma estabilidade entre a participação pública e a privada; -----
  - A preparação e a assinatura do contrato de financiamento da AdP com o BEI, frisando que o facto de não ter havido aval do Estado não condicionou a fixação da taxa de juro para um período de maturidade de 25 anos; -----
  - A amortização, na maturidade, das obrigações convertíveis em ações da GALP;
  - No âmbito da assunção, por parte do Estado, de dívida da Parpública como contrapartida da redução do crédito desta sobre o Estado, a ocorrer em 2018, foi desenvolvido em 2017 um trabalho preparatório muito intenso entre a Parpública, os bancos e o IGCP; -----
  - O arranque do projeto de criação do Centro de Conhecimento e Competências que, ainda sem o necessário e completo enquadramento, já permitiu realizar 6 prestações de serviços por parte da Parpública ao abrigo do artigo 43 do DLEO 2017, sem que tenha existido contrapartida financeira para a sociedade, traduzindo-se pois, num ganho líquido para as empresas do SEE; -----
  - O apoio da Parpública ao Ministério das Finanças que se traduziu numa atividade particularmente intensa face ao incremento das solicitações recebidas. -----

Quanto às perspectivas para 2018, o Presidente do CA evidenciou o propósito de continuação da redução da dívida da Parpública por contrapartida da redução da dívida do Estado, tendo-se realizado recentemente a primeira dessas operações. -----

Foram ainda elencados os seguintes propósitos para 2018: -----

- Assegurar uma evolução significativa no âmbito do processo de liquidação das sociedades Polis; -----
- Implementação da alteração estratégica para a área do imobiliário público; -----
- Desenvolvimentos no âmbito do processo Margueira, com a preparação do processo de alienação para 2019, e extinção do Fundo Margueira e da sociedade gestora ainda em 2018; -----
- Apoio na conclusão do processo de liquidação da Empordef; -----
- Reconfiguração da atividade da Lazer e Floresta; -----
- Preparação do processo de alteração da composição da carteira de ativos da Parpública; -----
- Assinatura do contrato de mandato no âmbito do acompanhamento das contingências associadas ao processo de venda do BPN ao Banco BIC. -----

O Presidente do CA terminou a sua exposição, referindo que 2017 foi um ano particularmente interessante, e de bons resultados, e que 2018 continuará a sê-lo, com o empenho de todos os colaboradores e da equipa de gestão, reforçada entretanto, já no final de 2017, pela eleição do administrador executivo Dr. Mário Lobo. -----

O Vice-Presidente da Mesa agradeceu a exposição detalhada sobre a atividade relevante de 2017 e as perspectivas para 2018, passando a palavra ao representante do ROC, o qual fez questão de salientar o excelente relacionamento que tem existido com todos os setores da empresa. -----

Foi de seguida dada a palavra ao representante do acionista Estado, o qual, depois de agradecer também todos os esclarecimentos prestados pelo Presidente do CA, votou favoravelmente a aprovação das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, incluindo o relatório de gestão, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório do Governo Societário da Parpública-Participações Públicas (SGPS), SA, relativo ao ano de 2017, atentas as conclusões e

